

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A ROMANIZAÇÃO DO. CATOLICISMO E OS. INSTRUMENTOS DE. RESTAURAÇÃO CATÓLICA. DOS JESUÍTAS NO BRASIL.

Lorena Madruga Monteiro.

Cita:

Lorena Madruga Monteiro (2009). *A ROMANIZAÇÃO DO. CATOLICISMO E OS. INSTRUMENTOS DE. RESTAURAÇÃO CATÓLICA. DOS JESUÍTAS NO BRASIL. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1702>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/ehm>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO E OS INSTRUMENTOS DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA DOS JESUÍTAS NO BRASIL.

Lorena Madruga Monteiro, UFRGS

De forma geral este trabalho é fruto de uma pesquisa que se enquadra nas relações entre a Igreja Católica e a formação das elites brasileiras no século XX. De modo específico, este trabalho dedicou-se a analisar as elites católicas militantes forjadas através dos instrumentos próprios da Ordem dos Jesuítas. Tais instrumentos de formação do laicato católico ainda que tenham sido implantados desde o início do século XX foram poucos analisados nos estudos sobre a restauração católica no Brasil. Argumenta-se, nesta pesquisa, através de fontes variadas, que nos contextos em que os instrumentos de restauração católica dos Jesuítas foram hegemônicos, como no sul do Brasil, a romanização do catolicismo foi exitosa uma vez que garantiu a manutenção e a reprodução do pensamento católico conservador.

Introdução

De forma geral este trabalho é fruto de uma pesquisa que se enquadra nas relações entre a Igreja Católica e a formação das elites brasileiras no século XX. De modo específico, este trabalho dedicou-se a analisar as elites católicas militantes forjadas através dos instrumentos próprios da Ordem

dos Jesuítas. Tal objetivo justifica-se porque “os jesuítas tornaram-se, no país, os maiores promotores do catolicismo romanizado, utilizando para isso o valioso instrumento das Congregações Marianas” (AZZI, 2008: 97). Tais instrumentos de formação do laicato católico ainda que tenham sido implantados desde o início do século XX foram poucos analisados nos estudos sobre a restauração católica no Brasil.

Embora recentemente o papel dos Ginásios católicos- em especial aqueles coordenados por Jesuítas- na formação das elites despertou certo interesse acadêmico, por muito tempo o quadro foi de uma total escassez de estudos - científicos ou não- sobre o papel dos jesuítas na formação dos quadros dirigentes. Argumenta-se, nesta pesquisa, através de fontes variadas, que nos contextos em que os instrumentos de restauração católica dos Jesuítas foram hegemônicos, como no sul do Brasil, a romanização do catolicismo foi exitosa uma vez que garantiu a manutenção e a reprodução do pensamento católico conservador.

Este artigo está dividido em duas partes. Num primeiro momento, de modo geral, demonstra-se o que representou o catolicismo romanizado e como o processo de restauração católica foi conduzido no Brasil. Na segunda parte analisou-se os condicionantes do surgimento do pensamento católico conservador no Rio Grande do Sul. Tais condições referem-se especialmente ao êxito da reorganização institucional da Igreja e da restauração católica no Estado devido ao papel estratégico dos Jesuítas Alemães na formação escolar e religiosa das elites sociais.

I. A Romanização do Catolicismo e a restauração católica no Brasil

Em torno dos processos instaurados com a romanização e reorganização institucional da Igreja que se situam a maioria dos estudos, independente da área disciplinar a qual se filiam, sobre a restauração católica no Brasil. Dentre as análises mais específicas dessa problemática destacam-se aqueles dedicados ao exame do recrutamento, da formação e da atuação dos quadros eclesiásticos (MICELI, 1988; SEIDL, 2003; SERBIN; 1992; 2008); aqueles que analisam a relação das novas Dioceses com as oligarquias regionais, com destaque para a atuação de certos bispos reformadores (ISAÍÁ, 1998; BENCOSTO, 1999), e, mais recentemente, aqueles centrados nos Ginásios católicos e a escolarização das elites (DALABRIDA, 2001; LEONARDI, 2004; MANOEL, 1996).

A Romanização do catolicismo refere-se à reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana. Surgiu como desdobramento da orientação política ultramontana da Igreja, a qual se desenvolveu como reação ao mundo moderno. Reflete, portanto, um esforço de adaptação e reação da Igreja aos novos desafios advindos com a ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no socialismo os quais questionavam e combatiam sua

influência ideológica em várias esferas sociais. Frente a essa situação Pio IX denunciou os erros modernos –especialmente advindos com a ilustração- na encíclica *Qui Pluribus, Quanta Cura e Syllabus* e a Igreja optou por reforçar a doutrina tradicional católica e decretar a infalibilidade papal. Desse modo, a partir do Concílio do Vaticano (1869-1870) a política ultramontana fora hegemônica uma vez que reafirmaram - se os princípios disciplinadores da doutrina católica tridentina baseadas na Igreja universal.

Noutro aspecto, a Igreja católica reagiu – após sua separação do Estado com o fim do regime de Crisandade- contra a laicização do mundo social, dos serviços públicos, especialmente em relação ao sistema educacional. Nesta direção as soluções adotadas variaram desde o conflito direto com os regimes republicanos até certa adaptação à nova situação. Esse último aspecto – que interessa para a Igreja no Brasil- é conhecido como *autocompreensão* da Igreja, a qual, após sua separação do Estado, buscou gestar, unificar e expandir sua estrutura eclesiástica. Portanto, a formação e a atuação das lideranças eclesiásticas, nesse sentido, é o elemento fundamental para a compreensão da estrutura da restauração da Igreja católica no espaço social.

Esse processo no Brasil traduziu-se, a partir da instauração da República e o fim do regime de Padroado entre Igreja e Estado, numa modernização conservadora da instituição religiosa. Assim, por um lado a Igreja liberou-se da sua oficialidade perante o Estado e teve liberdade para formar e nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma, e por outro, defrontou-se com a liberdade religiosa promulgada pela Constituição republicana. Dessa forma, frente à perda do seu monopólio em matéria religiosa a Igreja estrategicamente optou pela sua construção institucional e a expansão territorial, com a organização de novas Dioceses que investiram na formação e reprodução de quadros eclesiásticos e na formação da elite política através da expansão das escolas católicas (MICELI, 1988). Portanto, no processo de restauração católica cada vez mais a Igreja afastou-se do catolicismo popular e direcionou-se ao Estado, através da formação das elites.

Tal direção se deu pela própria avaliação negativa do episcopado brasileiro sobre as práticas religiosas do catolicismo tradicional durante o período imperial. Tais críticas dos Bispos reformadores- como Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana; Dom Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo; Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará; e Dom Vital de Oliveira, de Olinda e Recife – referiam-se ao despreparo do clero luso e a sua dependência as determinações do gabinete imperial, a precarização dos seminários existentes, a falta de disciplinamento na devoção popular e a ignorância em matéria religiosa.

Portanto, a atuação da Igreja Católica foi normatizada através: 1) reestruturação do corpo eclesiástico através da importação de ordens religiosas européias; 2) expansão territorial do controle

eclesiástico através da multiplicação de Dioceses e Arquidioceses; 3) a criação de Seminários e educandários católicos; 4) o disciplinamento da devoção, da fé dos fiéis através do papel central do sacerdote no controle das Irmandades leigas. Assim sendo, tal modernização abrangeu, com base num discurso unificado da Igreja – através de pastorais, documentos, orientações litúrgicas, decretos institucionais- sua organização interna e o disciplinamento dos clérigos, do laicato e da devoção dos fiéis.

A romanização foi conduzida, sobretudo, pelas ordens religiosas européias que assumiram a formação dos prelados nos novos Seminários, especialmente a Ordem dos Jesuítas e a dos Vicentinos (no Brasil conhecidos como Lazaristas). Conforme Miceli (1988) os seminários atuaram como colégios particulares, centros de atração e fomentadores de vocações religiosas tanto para indivíduos advindos da aristocracia imperial, quanto para aqueles ligados ao patriciado rural decadente ou de origem social mais humilde - que almejavam usufruir da carreira eclesiástica para reconversão social - além daqueles da extração mais baixa que buscavam a estrutura da igreja para adquirir formação escolar e deste modo, ascender socialmente.

Esse processo de *clericalização* da Igreja ou reprodução social do clero no Brasil teve como um de seus efeitos a restauração do espaço da Igreja na sociedade após sua separação do Estado. Além disso, o processo de *europização* da Igreja, através das constantes vindas de ordens religiosas do velho mundo, tornou o catolicismo brasileiro “mais erudito e, portanto, mais atrativo para os intelectuais e os setores médios urbanos” (SERBIN, 2008: 82). Desse modo, nesse período, além dos seminários, as ordens religiosas de várias procedências da Europa deixaram marcas profundas na formação escolar das elites e tiveram um papel expressivo na expansão do sistema de ensino católico. Dentre tais Ordens religiosas destacam-se, além da atuação da Congregação das Irmãs de Chamberry da França na educação feminina paulista, na difusão do ensino católico: “Os lazaristas, os jesuítas e os beneditinos, sobretudo no atendimento aos filhos da antiga aristocracia, bem como os salesianos e os irmãos maristas, cujos colégios ofereciam instrução aos jovens pertencentes à classe burguesa em afirmação. (AZZI, 2008: 19).

Em torno da escolarização das elites nos educandários católicos durante o período republicano que se situam os trabalhos de Ivan Aparecido Manoel (1996), de Norbert Dallabrida (2001) e o de Paula Leonardi (2004), dentre outros. De modo geral, tais análises, tanto em relação à educação feminina quanto a masculina, destacam a formação escolar recebida nesses estabelecimentos pelas elites regionais como marca de distinção social. Como ratifica Riolando Azzi (2008: 19):

“Os estabelecimentos educativos, dirigidos pelos religiosos, transformaram-se em espaços privilegiados oferecidos à juventude, na transição da vida rural

para a sociedade urbana. A instrução e a educação deviam servir não só como marca registrada das classes abastadas, mas, ao mesmo tempo, como sinal distintivo desse segmento populacional, estabelecendo-se pouco a pouco uma separação não só material, mas também cultural, em relação às camadas populares de camponeses e operários.” (AZZI, 2008: 19)

De forma geral a Igreja ao controlar o sistema de ensino, através das ordens européias, pode, ao menos, controlar a difusão das idéias, uma vez que “o controle educacional lhe dava a oportunidade de, ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de idéias contrárias as suas teses e dogmas” (MANOEL, 2008: 51). Além disso, o domínio do sistema escolar aproximou a Igreja do ideal de recristianizar à sociedade pela educação escolarizada.

Tais estratégias de romanização- formação do clero, escolarização das elites, expansão territorial da Igreja- através das ordens religiosas estrangeiras avançaram e tiveram relevância nas dinâmicas sociais do Estado de Minas Gerais, de São Paulo, de Santa Catarina e no do Rio Grande do Sul (SERBIN, 2008). Dentre estes Estados da federação brasileira tais estratégias tiveram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina um terreno fértil, especialmente pelo fato da Igreja ter se associado aos grupos de imigração alemã e italiana. Como desenvolvemos abaixo.

II. Restauração da Igreja e a formação escolar e religiosa das elites católicas no Rio Grande do Sul

Dentro desse processo de *autocompreensão* da Igreja os movimentos de leigos passaram a ser mais dependentes dos líderes eclesiásticos e dos padres das ordens religiosas. Nesse sentido, as lideranças eclesiásticas tiveram um papel fundamental tanto nos movimentos de demonstração de fé, de devoção, quanto na Ação Católica instituída na década de 1930. Se antes, no catolicismo popular, as irmandades religiosas, as confrarias agiam de forma autônoma à hierarquia católica, através do culto livre dos santos, das romarias, das procissões irradiadas a partir de suas capelas, casas e santuários; com a romanização do catolicismo a Igreja “defendeu a ortodoxia, a autoridade clerical e o fim da autonomia leiga” (SERBIN, 2008: 81).

Tal estrutura começou a ser implantada no Rio Grande do Sul com a nomeação em 1860, de Dom Sebastião Laranjeiras, bispo reformador, para a Diocese do Estado. Nesse primeiro momento, o Bispo teve que lidar para afirmar a Igreja romanizada no Estado, além da reação dos governantes provinciais de orientação *positivista*, com um clero despreparado, além de comprometido com os chefes políticos locais, para a irradiação do projeto romanizado. No entanto, a partir de 1890, com o Episcopado de Dom José Ponce de Leão, bispo reformador ligado aos lazaristas, o projeto de restauração católica avançou e começou a produzir resultados.

O avanço do projeto de restauração católica deve-se a certas circunstâncias. A principal delas relaciona-se a presença dos imigrantes alemães, italianos e poloneses no Estado o que, de certa forma, motivou as ordens dos países desses imigrantes a assistirem seus imigrados. Se junta a esse fator a vinda das congregações religiosas impossibilitadas de trabalhar em seus países de origem, a exemplo da expulsão dos jesuítas na Alemanha pela *Kulturkampf* de Bismarck, ou a perda dos Estados Pontifícios na Itália (RAMBO, 2002). Sobressai-se, nesse sentido, a estratégia de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, desde os primórdios da República, de atrair padres católicos, de várias Ordens e congregações religiosas, as quais não podiam mais atuar em seus países de origem. Portanto, essa configuração constitui a base logística da restauração católica no sul do Brasil, como ilustra Arthur Rambo (2002: 292):

“Imigrantes saídos de uma Igreja restaurada na Europa, religiosos e clero inteiramente comprometidos com o projeto de Igreja definido no Concílio de Trento, reafirmado pelo Concílio do Vaticano I e divulgado pelos documentos pontifícios de Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI, e no início do pontificado de Pio XII, sempre sob a autoridade incontestada do Sumo Pontífice, formava a base sólida para que o projeto alcança-se o êxito necessário”

Dentre todas as práticas implantadas pelo catolicismo romanizado no Rio Grande do Sul, seja na esfera da educação – As escolas paroquiais e o ensino secundário- seja na esfera devocional- Devoção ao Menino Jesus, Devoção ao Coração de Jesus, Apostolado da oração, Associações das filhas de Maria, Congregações Marianas, etc- destacou-se a atuação dos Jesuítas alemães, especialmente através da formação das elites católicas nos seus educandários e na implementação de um catolicismo militante através das Congregações Marianas.

O monopólio dos educandários dos Jesuítas na formação das elites Rio Grandenses

Os Jesuítas alemães do Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo buscaram formar as elites sociais e políticas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina instalando instituições nas principais cidades da época, ou seja, Rio Grande, Pelotas, Florianópolis com o Ginásio Catarinense, e, principalmente, Porto Alegre com o Ginásio Anchieta. Se inicialmente o Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo destinava-se, dentro do projeto de restauração católica, a formar os filhos dos colonos para o Magistério ou Sacerdócio, a partir de 1878, com o sucesso dos seus alunos nos exames públicos passou a ser a instituição favorita das elites rio-grandenses e catarinenses, além de outras regiões do Brasil. Situação que se intensificou com a equiparação, em 1900, com o Colégio Dom Pedro II, sendo a primeira instituição escolar do Rio Grande do Sul a conseguir tal feito. Essa mudança de perspectiva é ilustrada na redução dos seus egressos que seguem a carreira religiosa, magistério e/ ou no Sacerdócio, conforme quadro abaixo:

Quadro I: Carreiras dos egressos do Ginásio Nossa Senhora da Conceição

Carreiras	1870-1979	1880-1889	1890-1899	Total
Professores	11	2	1	14
Sacerdotes	2	3	3	8
Religiosos	4	2	2	8

Fonte: LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

Até 1900 as matrículas do Ginásio Conceição foram incrementadas, e no final da década do século XIX mais de 80% dos seus alunos adivinham de famílias lusas, deslocando o objetivo inicial da formação escolar dos filhos de imigrantes alemães para atender as elites estaduais concentradas na capital do Estado. Conforme quadro abaixo:

Quadro II: Matrículas do Ginásio Nossa Senhora da Conceição

Ano	Matrículas
1880	65
1881	85
1882	112
1883	117
1884	121
1885	166
1886	223
1887	213
1888	214
1889	223
1890	223

Fonte: LUTTERBECK (1977), SCHUPP (2004)

Portanto, esses empreendimentos educacionais, no Brasil, e no Rio Grande do Sul em particular, só se concretizaram porque os Jesuítas foram expulsos da Alemanha, pela *Kulturkampf* de Bismarck, em 1872. Desse modo, vieram religiosos da mais alta qualificação para o Sul do Brasil e criaram estabelecimentos fiéis aos princípios do método pedagógico *Ratio Studiorum* aplicado nos ginásios alemães. Mesmo assim, num primeiro momento, a escola enfrentou para se firmar o antijesuítismo do período, mas partir de 1878 o colégio firmou-se com o sucesso de seus alunos nos exames públicos em Porto Alegre, chamados de parcelados. Até o Ginásio Conceição virar Seminário, em 1913, e os jesuítas se dirigirem para a formação das elites estaduais concentradas na capital do Estado no Ginásio Anchieta, os governos republicanos foram benéficos à influência jesuítica no espaço social rio-grandense, seja através da isenção de impostos para o Colégio, ou na atração de demais missões jesuítas ao Estado (LEITE, 2004).

Em 1913 o Ginásio Conceição tornou-se Seminário para os candidatos ao sacerdócio, e o projeto de formação de elites dos Jesuítas foi concretizado no Ginásio Anchieta e no Colégio

Catarinense em Florianópolis. Porém, nesse meio tempo os Jesuítas também investiram esforços em formarem suas instituições nas cidades do Rio Grande do Sul mais importantes à época, como Pelotas e Rio Grande.

O colégio São Luiz Gonzaga foi à primeira escola com ensino primário e secundário de Pelotas. Foi fundado, em 1894, pelos padres Jesuítas Anselmo de Souza S.J e Gustavo Locher S.J. Embora as atividades dos jesuítas tivessem pouca receptividade na região da campanha “devido à forte presença da maçonaria e do espírito anticlerical” (AMARAL, 2006), até 1926, ano que os jesuítas se retiraram do Colégio que passou a ser controlado pelos Lassalistas, o colégio teve certa representatividade, como demonstra o quadro abaixo da evolução de suas matriculas:

Quadro III: Evolução das matriculas

Ano	Matriculas
1895	62
1900	296
1910	349
1920	395
1925	508

Fonte: AMARAL, Giane. (2006)

Como decorrência da 1ª Guerra mundial que impediu a vinda de novos elementos religiosos para a região por determinação superior da Congregação jesuítica da Alemanha os padres jesuítas do Colégio Gonzaga foram dirigir o Seminário Diocesano de Santa Maria com o objetivo de formar os novos quadros eclesiásticos, religiosos, para suprir a demanda, dada à proliferação, além das escolas, de Dioceses e Arquidioceses no Brasil.

Em Rio Grande a influência foi menor uma vez que os Jesuítas não chegaram a estruturar o colégio *Stela Maris* (depois Sagrado Coração de Jesus). Embora fundado em 1899 diante da pouca aceitação social, inclusive tendo seu prédio depredado pela União Operária, sua direção foi transferida para os irmãos Maristas em 1913, e os Jesuítas dedicaram-se ao Colégio Catarinense em Florianópolis.

A administração do Colégio público Catarinense foi entregue para os Jesuítas alemães em 1905 e suas atividades foram iniciadas em 1906. Sua fundação foi marcada, de um lado pelo fracasso das instituições anteriores e do próprio colégio público em firmarem o ensino secundário e equipararem-se ao Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro (especialmente o Colégio Catarinense), e por outro por boa parte da elite política catarinense ter estudado no Ginásio Conceição de São Leopoldo. Desse modo, por iniciativa do governador Vidal Ramos (1902-1905), antigo egresso do Ginásio Conceição, o colégio catarinense passou para a iniciativa privada – a Companhia de Jesus - mas

recebendo subsídios do poder público. Norberto Dallabrida em seu estudo sobre o Colégio Catarinense descreve o impacto da sua fundação:

“ Em nível estadual o Ginásio Santa Catarina respondeu ao desejo de distinção social das elites burguesas, que procuravam se diferenciar do restante da população também por meio de símbolos, entre os quais a escola de nível secundário de seus filhos que daria acesso seguro aos cursos superiores (DALLABRIDA, 2001: 52).”

No primeiro ano sob a direção dos jesuítas alemães o Ginásio Catarinense foi equiparado ao Dom Pedro II, e a partir desse momento a formação escolar baseada no método pedagógico jesuítico *Ratio Studiorum* foi cada vez mais procurada pelas elites catarinenses, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro IV: Evolução das matrículas Ginásio Catarinense

Ano	Alunos		Professores	
	Internos	Externos	Jesuítas	Leigos
1906	56	120	9	1
1910	75	150	16	2
1915	75	166	16	2
1920	92	238	15	4
1925	125	194	14	4
1930	125	245	17	5
1935	71	336	13	6

Fonte: LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

O aspecto central analisado por Dallabrida (2001: 20) no seu estudo sobre o Colégio Catarinense durante a primeira República foi o papel desse Ginásio como produtor de sujeitos dentro do processo de afirmação da sociedade capitalista e disciplinar, através das suas práticas escolares. Ao desvendar a *caixa preta* dessa instituição escolar Dallabrida (2001) expôs o modo de produção e reprodução escolar do método jesuítico baseado na distribuição do tempo, no controle do espaço, no encitamento direto ao trabalho escolar, na emulação, na adoção de prêmios e castigos e no sistema de avaliação.

Modo de produção escolar também transportado para o Ginásio Anchieta em Porto Alegre. O Ginásio Anchieta desde 1890 era conhecido como o Colégio dos Padres, criado pelo Pe. Trappe J.S, um órgão complementar da Igreja São José, e externato do Ginásio Conceição. Apenas em 1908

tornou-se independente quando chegou à matrícula de 418 alunos e conseguiu a equiparação, pelo governo federal, a excelência acadêmica do Ginásio Nacional Pedro II. Conforme demonstra quadro abaixo da evolução de matrículas:

Quadro V: Evolução das matrículas Ginásio Anchieta

Ano	Alunos		Professores	
	Diurnos	noturnos	Jesuítas	Leigos
1903	144			
1905	254			
1910	457			
1915	412			
1920	499		13	11
1925	593		14	10
1930	940	181	20	9
1935	945	405	17	18

Fonte: LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

O que caracterizou o Colégio Anchieta como uma escola de Elite e destinada para a formação de quadros dirigentes, assim como ocorreu com o Colégio Catarinense, foi o tipo de socialização escolar que os alunos tiveram baseada no incentivo a competição, na disciplina e na formação intelectual internacionalizada (Trindade, 1982). Portanto, a cultura escolar reproduzida no Colégio Catarinense, e também no Anchieta, “procurava reproduzir sujeitos regulados, empreendedores e refinados, do sexo masculino, particularmente aqueles que se preparavam para integrar a elite dirigente” (DALLABRIDA, 2006: 9). Além disso, o colégio Anchieta e de certo modo o Catarinense, apresentam especificidades em relação aos educandários de outras Ordens religiosas, especialmente em relação à formação de uma geração de leigos intelectualmente capazes de se opor as correntes laicizantes da sociedade. Trata-se da formação de um laicato leigo católico que foi “tributária da ação educacional dos Padres Jesuítas. O colégio Anchieta formou toda uma geração de leigos profundamente comprometida com os postulados católicos” (ISAÍÁ, 1998: 115). Portanto, esse foi o papel das Congregações Marianas originadas nos educandários dos jesuítas.

O Colégio Anchieta e a formação religiosa das “elites”: As Congregações Marianas

Nas dinâmicas sociais regionais as quais os Jesuítas – através dos seus educandários e das suas Congregações Marianas- tiveram um papel relevante na reforma institucional da Igreja (Romanização) e

na restauração católica após a sua separação do Estado o movimento católico militante teve uma configuração distinta. Este foi o caso do sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, o qual teve na atuação dos Jesuítas alemães do Ginásio Anchieta o papel hegemônico na formação das elites católicas.

Em seu estudo pioneiro sobre a “geração católica” do Rio Grande do Sul Fernando Trindade (1982) destaca, por exemplo, o nível da formação intelectual recebida, incentivando, inclusive, a competição escolar e o autodidatismo dos alunos. O efeito disto marcou as posições do grupo católico nas várias esferas em que atuaram através da reprodução de um pensamento cultural conservador, uma vez que “tratava-se de manter, apesar das atualizações, uma estrutura básica educacional” (TRINDADE, 1982, pág. 41). Como ilustra abaixo:

“Na geração católica deu-se um fenômeno interessante em razão dessa prematura educação européia; como não precisavam sair de nosso meio para uma educação mais aprimorada, as lacunas culturais que progressivamente apareciam, eram supridas pelo autodidatismo. Isto supunha inegavelmente uma educação básica bem estruturada e suficientemente larga que poderia sustentar outros conhecimentos correlatos. O autodidatismo provocou também uma cultura regional que não se aculturou totalmente mas que, por outro lado, se satisfez com sua educação básica, retardando já na década de 1940 um desenvolvimento pedagógico mais avançado como o que se produziu em São Paulo no mesmo período, O efeito desse autodidatismo foi o aparecimento de um pensamento cultural conservador.” (TRINDADE; 1982: 41)

Portanto, pode-se situar a atuação intelectual desse grupo – os congregados marianos- numa diversidade de esferas sociais, como a política, a religiosa e especialmente a universitária. Tal atuação deve-se ao a sociabilidade católica adquirida nas atividades das Congregações Marianas. Nesse sentido, Arthur César Isaía (1998), destacou o papel das Congregações Marianas enquanto instrumentos de restauração católica dos Jesuítas e como marca de distinção desse grupo, pois “para enfrentar o avanço da laicização cultural entre as elites, os jesuítas do Colégio Anchieta intensificaram um programa educacional que, ultrapassando o terreno escolar propriamente dito, fosse capaz de oferecer uma alternativa de vida embasada em parâmetros diversos do ethos mental da camada tradicionalmente dominante no Estado” (ISAÍÁ, 1998: 117). Com esta orientação:

A formação recebida no Ginásio Anchieta deveria ultrapassar os anos que os jovens freqüentavam o seu internato ou externato. Para evitar que os alunos egressos do Ginásio sofressem a influência de más companhias ou não perseverassem nas suas obrigações religiosas e nos valores a eles transmitidos, os Jesuítas cercavam de cuidados a seus alunos. Não só oferecia-se aos acadêmicos cursos de atualização cultural, onde se procurava mostrar a fragilidade do pensamento divorciada do magistério católico, como continuava-se a reuni-los periodicamente nas reuniões da Congregação

Mariana, bem como concentrá-los em republicas diretamente ligadas aos padres. (ISAÍIA, 1998: 118)

Desse modo, esta elite católica fez parte da Congregação Mariana desde o ginásio, através da CMM *Nossa Senhora da Glória*. Esta Congregação, fundada em 1909, representou uma primeira etapa na formação desses grupos que foi continuada no decorrer de suas vidas através daquelas destinadas aos acadêmicos (*Mater Salvatoris*) e depois aos formados (*Auxilium Christianorum*). Assim sendo, na Congregação Mariana:

“(...) se reduplicava e se aprofundava as metas do colégio Anchieta: o intelecto e a disciplina. Acrescentava-se mais uma: a dimensão espiritual que se centrava na prática dos sacramentos como a confissão e a comunhão. No fundo a dimensão espiritual propunha um processo de santificação. Como a escola não podia exigir a perfeição espiritual de todos, foi criada esta instituição de origem centenária, para desenvolver mais essa meta. Os jovens eram rigorosamente escolhidos por seus colegas marianos e apresentados ao diretor espiritual. Eles passavam por um período de provação, em que eram primeiro considerados aspirantes para depois passarem a condição de verdadeiro congregado. (...) Dentro de um espírito de combate, os congregados deviam proteger a Igreja contra seus inimigos. Isto acrescentou a sua missão espiritual um caráter inquisicional que visava detectar inimigos” (TRINDADE, 1982: 31)

Toma-se, desse modo, que as Congregações Marianas originárias no Ginásio Anchieta e dirigidas pelos Jesuítas constituem o elemento fundamental para compreender a configuração do laicato intelectual católico do Rio Grande do Sul dado que representou um espaço de cooptação das elites sociais e econômicas para o projeto de restauração católica. Isto é verificado na extensão que tal instituição adquiriu no período, uma vez que também agregou membros oriundos de outros educandários católicos, como os alunos maristas do Ginásio Nossa Senhora do Rosário, assim como posteriormente os congregados marianos tiveram um papel importante na conversão para o catolicismo de membros que até então eram ligados a matrizes ideológicas laicas da sociedade rio-grandense. Portanto, tais informações confirmam o papel central que o grupo das Congregações Marianas teve na promoção do catolicismo do Sul do País e na reprodução do pensamento conservador.

Bibliografia

- AMARAL, Giana Lange. *Ginásio Pelotense e Gonzaga: Apontamentos sobre o ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX*. IV Congresso brasileiro de História da Educação, 2006.
- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. Editora Santário, Aparecida São Paulo, 2008.
- AZZI, Riolando. *Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das Dioceses no período republicano*. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Claríssia. (Orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- BENCOSTO, Marcus Levy. *Igreja e poder em São Paulo: Dom João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)*. São Paulo, Tese (doutorado em História). Departamento de História da FFLCH, USP, 1999.
- BOHNEN, A. & ULLMANN, R.(Org): *A atividade dos Jesuítas em São Leopoldo, 1944-1989*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1989.
- BONI, L. A. de 1980. *O catolicismo de imigração: do triunfo à crise*. In: DACANAL, J. H. (org.). RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis RJ, Vozes, 1995.
- CORADINI, Odaci. *As missões de “cultura” e da “política”: Confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.32, 2003.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo, Cortez, 1978.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. 1. ed. Florianópolis - SC: Cidade Futura, 2001
- ISAIA, Arthur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1998.
- LEITE, Luiz Oswaldo. *A década Anchieta*. In: TRINDADE, Hégio; LEITE, Luiz Oswaldo (Orgs): Leônidas Xausa. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- LEONARDI, Paula. *Puríssimo Coração: Um colégio de Elite em Rio Claro*. Dissertação. Educação Unicamp, 2002.
- LUTTERBECK, SJ. Pe. Jorge. *Jesuítas no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas. Publicações avulsas, n.3, 1977.
- MAIA, Pe. Pedro Américo. *História das Congregações Marianas no Brasil*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

- MANOEL, Ivan Aparecido. *A criação de paróquias e Dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica*. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Claríssia. (Orgs). Faces do catolicismo. Florianópolis: Insular, 2008.
- MANOEL, Ivan aparecido. *A Igreja e a educação feminina (1859-1910). Uma fase do conservadorismo*. São Paulo, EDUNESP, 1996.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História. Tempo e eternidade no Pensamento Católico (1800-1960)*. Eduem, Maringá, 2004.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.
- RAMBO, Arthur B. *Restauração católica no sul do Brasil*. In: História, questão e debates. Curitiba, N.36, PP 279-304, Editora UFPR, 2002.
- SCHUPP, A. *Missões dos Jesuítas Alemães no Rio Grande do Sul*. 1º Edição, Unisinos, São Leopoldo, 2004.
- SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese. Doutorado PPG Ciência Política, UFRGS, 2003.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Cia das Letras, São Paulo, 2001.
- SERBIN, KENNETH. *Padres, celibato e conflito social: Uma História da Igreja católica no Brasil*. Companhia das Letras, 2008.
- SERBIN; Ken. *Os Seminários: Crise, experiências e síntese*. In: SANCHIS, Pierre. (Org). Catolicismo: Modernidade e tradição. São Paulo, Loyola, 1992.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder na primeira república*. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Claríssia. (Orgs). Faces do catolicismo. Florianópolis: Insular, 2008.
- TRINDADE, Fernando. *A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, SJ*. In: Revista do IFCH, Porto Alegre, n. 11/12. 1984.
- TRINDADE, Fernando. *Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS*. In: Revista do IFCH/UFRGS, Porto Alegre, n. 10, 1982.